

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE A ADVOCACIA PÚBLICA

Capítulo 1 – Regime Funcional da Advocacia Pública	19
– Representação judicial e extrajudicial da Fazenda Pública	19
– Prerrogativa funcional dos Advogados de Estado	22
– Conceito de Fazenda Pública	24
– Inaplicabilidade de controle de horário para advogados públicos	25
Capítulo 2 – Organização da Advocacia Pública brasileira	29
– Advocacia-Geral da União	29
– Advocacia Pública dos Estados	32
– Advocacia Pública dos Municípios	33
– Bibliografia recomendada	33
– Anexo	33

SEGUNDA PARTE

ATIVIDADE DA ADVOCACIA PÚBLICA NA CONSULTORIA ADMINISTRATIVA

Capítulo 1 – A função preventiva da Advocacia Pública	37
Capítulo 2 – Responsabilidade do Procurador Público	39
Capítulo 3 – A cobrança de elaboração de Parecer Jurídico em concursos públicos	43
Capítulo 4 – Estrutura do Parecer Jurídico	45
– Síntese da estrutura física de parecer jurídico	47
– Modelo de Parecer Jurídico	48
– Questões de concurso	49
– Bibliografia recomendada	56

TERCEIRA PARTE

ADVOCACIA PÚBLICA E PETIÇÃO INICIAL

Capítulo 1 – Prerrogativas processuais da Fazenda Pública	59
– Petição inicial em concursos públicos	59
– Sistemática de pagamento de custas, despesas e depósitos judiciais	60
– Dispensa na apresentação de procuração	63
– Estrutura da Petição inicial	64
– Modelo de Inicial de Ação Declaratória (Ilegalidade de Greve)	69
– Modelo de Inicial de Ação Cominatória	74
– Petição inicial de ação rescisória e <i>querela nullitatis</i>	81
– Modelo de Inicial de Ação rescisória	88
– Modelo de Inicial de ação declaratória de nulidade – <i>querela nullitatis</i>	92
– Questão de concurso	94
– Quadro resumo de súmulas sobre ação rescisória	97
– Bibliografia recomendada	97

QUARTA PARTE

DEFESAS DA ADVOCACIA PÚBLICA

Capítulo 1 – Prerrogativas processuais da Fazenda Pública	101
– Casos em que não aplicava o art. 188 do CPC 1973 (art. 183 do CPC de 2015):	102
– Forma de contagem do prazo de defesa no novo código de processo civil	103
– Efeitos da Revelia em relação à Fazenda Pública	105
– A aplicação de multas processuais em face da Fazenda Pública	107
– Citações e intimações da Fazenda Pública no Processo Eletrônico – Lei 11.419/06 ...	108
– Vedações à concessão de medidas liminares em face da Fazenda Pública	113
– Quadro resumo de súmulas acerca das prerrogativas da fazenda pública	114
Capítulo 2 – Exceções	115
– Previsão Legal	115
– Estrutura da Peça	116
Capítulo 3 – Assistência	117
– Previsão legal	117
– Estrutura da peça	119
– Modelo de Assistência Anômala	121

Capítulo 4 – Denúnciação da lide	123
– Previsão legal	123
– Modelo de peça de Denúnciação da Lide	125
Capítulo 5 – Contestação	127
– Modelo de Contestação	135
– QUESTÃO DE CONCURSO	140
– QUADRO RESUMO DE SÚMULAS SOBRE DEFESA DA FAZENDA PÚBLICA	145
– BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA	146

QUINTA PARTE

ADVOCACIA PÚBLICA E O SISTEMA RECURSAL

Capítulo 1 – Prerrogativas da Fazenda Pública	149
– Honorários Advocatícios	149
– O preparo dos recursos	152
– CPC/2015 E A JURISPRUDÊNCIA DEFENSIVA	152
– Reexame necessário	154
Capítulo 2 – Agravo de Instrumento	157
– Previsão legal	157
– Estrutura da peça	158
– Modelo de Agravo de Instrumento	161
– Modelo de comunicação do Agravo de Instrumento	167
Capítulo 3 – Apelação	169
– Previsão legal	169
– Tutela provisória (antecipada) recursal	172
– Modelo de Apelação	175
Capítulo 4 – Embargos de Declaração	179
– Previsão legal	179
– Estrutura da peça	181
– Principais alterações no novo código de processo civil nos embargos de declaração	182
– Modelo de Embargos de Declaração	183
– Modelo de Embargos de Declaração II	185
Capítulo 5 – Recurso Especial	187
– Previsão legal	187

– Procedimento de admissibilidade do recurso especial e extraordinário no CPC 2015	191
– Procedimento para multiplicidade de recursos especiais e extraordinários NO CPC 2015	191
– Estrutura da peça	192
– Modelo de Recurso Especial	196
– Recurso especial	196
Capítulo 6 – Recurso Extraordinário	201
– Previsão legal	201
– REPERCUSSÃO GERAL NO CPC 2015	202
– Estrutura da peça	203
– Modelo de Recurso Extraordinário	205
– RECURSO EXTRAORDINÁRIO	205
– QUADRO RESUMO DE SÚMULAS DO SISTEMA RECURSAL Geral	213
– BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA	215

SEXTA PARTE

ADVOCACIA PÚBLICA E AÇÕES CONSTITUCIONAIS

Capítulo 1 – Mandado de Segurança	219
– Previsão legal	219
– Estrutura da peça	224
– Modelo de informações em Mandado de Segurança	228
– Modelo de Mandado de Segurança	231
Capítulo 2 – Ação Popular	237
– Previsão legal	237
– Estrutura da Peça	238
– Modelo de Contestação em Ação Popular	241
Capítulo 3 – Ação Civil Pública	245
– Previsão legal	245
– ACP e improbidade administrativa	249
– Estrutura da peça	254
– Modelo de contestação em Ação Civil Pública	259
Capítulo 4 – Reclamação Constitucional	265
– Previsão legal	265
– Previsão da reclamação do CPC de 2015	266

– Estrutura da peça	267
– Modelo de Reclamação Constitucional	269
Capítulo 5 – Suspensão de liminar, segurança ou tutela provisória	273
– Previsão legal	273
– Estrutura da peça	276
– Modelo de inicial de suspensão de segurança	278
– Modelo de inicial de suspensão de segurança ii	281
– Questões de concurso	287
– Bibliografia recomendada	288

SÉTIMA PARTE

ADVOCACIA PÚBLICA NO PROCESSO DE EXECUÇÃO

Capítulo 1 – Impugnação à Execução Contra Fazenda Pública	291
– Previsão legal	291
– Execução Invertida	296
– Estrutura da peça	297
– Modelo de IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO da Fazenda Pública	301
Capítulo 2 – Formas de pagamento de quantia certa pela Fazenda Pública	305
– Procedimento de pagamento	305
– Atualização dos valores	310
– Modelo de Mandado de Segurança em caso de penhora de bem público	312
Capítulo 3 – Cumprimento de sentença	317
– Previsão legal	317
– Estrutura da peça	317
– Modelo de Cumprimento de Sentença	319
– Questões de concurso	320
– Quadro resumo de súmulas sobre execução	322
– Bibliografia recomendada	323

OITAVA PARTE

FAZENDA PÚBLICA NA JUSTIÇA DO TRABALHO

Capítulo 1 – Noções gerais da atuação da Fazenda Pública na Justiça do Trabalho	327
– A competência da Justiça do Trabalho	327
– Código de Processo Civil de 2015 e justiça do trabalho	331

– capacidade postulatória e representação da Fazenda Pública na Justiça do Trabalho	339
– As Prerrogativas processuais da Fazenda Pública	340
Capítulo 2 – A contestação trabalhista	351
– previsão legal	351
– estrutura da peça	352
– Modelo de Contestação trabalhista	354
Capítulo 3 – Recurso Ordinário	359
– Procedimento	359
– estrutura da peça	360
– Modelo de Recurso Ordinário	363
Capítulo 4 – Recurso de Revista	367
– Previsão legal	367
– Mudanças na utilização dos embargos de declaração	370
– Estrutura da peça	373
– Modelo de Recurso de Revista	376
– Recurso de revista	376
Capítulo 5 – Execução Trabalhista e Recurso de Agravo de Petição	383
– Previsão legal	383
– Estrutura da peça	385
– Modelo de agravo de petição	386
– Quadro síntese dos recursos trabalhistas	389
– Questões de concurso	389
– Bibliografia recomendada	394

NONA PARTE

ADVOCACIA PÚBLICA NA Execução Fiscal

Capítulo 1 – Petição Inicial na Execução Fiscal	397
– Objeto e finalidade da Execução Fiscal	397
– Estrutura da peça	405
– Legitimidade ativa (exequente)	408
– Legitimidade passiva (executada)	409
– Desconsideração da personalidade jurídica	410
– Protesto da certidão de dívida ativa	415
– Modelo de Petição Inicial de Execução Fiscal	418

– Modelo de pedido de penhora pelo sistema do BACENJUD	419
– Modelo de incidente de desconsideração da personalidade jurídica (segundo previsão no novo CPC)	420
– Modelo de pedido de quebra de sigilo fiscal	422
Capítulo 2 – Medida Cautelar Fiscal	423
– Previsão legal	423
– Estrutura da peça	424
– Modelo de cautelar fiscal	426
– Questões de concurso	428
– Bibliografia recomendada	434

DÉCIMA PARTE

ADVOCACIA PÚBLICA E AS AÇÕES TRIBUTÁRIAS

Capítulo 1 – Defesa da Fazenda Pública nas Ações Tributárias	437
– Ações exacionais x ações antiExacionais	437
Capítulo 2 – Exceção de Pré-executividade	439
– Previsão legal	439
– Estrutura da peça	440
– Modelo de impugnação à Exceção de Pré-executividade	441
Capítulo 3 – Embargos à Execução Fiscal	445
– Previsão legal	445
– penhora	450
– Estrutura da peça	452
– Modelo de impugnação aos Embargos	455
– Modelo de impugnação aos Embargos II	460
Capítulo 4 – Embargos de Terceiro	465
– Previsão legal	465
– Estrutura da peça	468
– Modelo de Contestação em Embargos de Terceiro	471
Capítulo 5 – Ação Declaratória e de Repetição de Indébito	475
– Previsão Legal	475
– Estrutura da peça	476
– Modelo de Contestação de Ação Declaratória c/c Repetição	480

Capítulo 6 – Ação Anulatória de Débito Fiscal	485
– Previsão legal	485
– Estrutura da peça	486
– Modelo de contestação da Ação Anulatória de Débito Fiscal	487
– Questões de concurso	489
– Bibliografia recomendada	492

DÉCIMA PRIMEIRA PARTE

ATIVIDADE DE CONTROLE DE JURIDICALIDADE ADMINISTRATIVA

Capítulo 1 – Súmulas e pareceres vinculativos	495
Capítulo 2 – Controle judicial de políticas públicas	505
Capítulo 3 – Meios consensuais de solução de conflitos envolvendo entes públicos	511
– (Im)possibilidade de transação no âmbito administrativo – influência do novo CPC .	511
– Isenção/remissão de créditos tributários e lei de responsabilidade fiscal	515
Capítulo 4 – Responsabilidade da administração pública na concessão	519
– Concessão de serviços públicos	519
– Terceirização de serviços (atividade meio)	522
– Quadro síntese	528
– Questão de concurso	528
– Bibliografia recomendada	530